UFRJ

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

PLANO DE TRABALHO

1) Apresentação

Este plano de trabalho apresenta o detalhamento do projeto, executado na modalidade de convênio, a ser celebrado entre a Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ e a Fundação Universitária José Bonifácio.

2) Objeto do Convênio Específico

Projeto intitulado "Direito à água em Duque de Caxias: construindo possibilidades para o acesso universal ao saneamento básico, para recuperação da qualidade ambiental e para o resgate da cidadania".

3) Objetivo

Este projeto tem como objetivo geral ampliar a colaboração entre atores universitários vinculados aos cursos de Arquitetura e Urbanismo, a ONG FASE e organizações populares demandantes de tecnologias sociais voltadas para ampliar o acesso ao abastecimento de água e a ao esgotamento sanitário em Duque de Caxias. O projeto busca garantir à famílias residentes no distrito de Campos Elíseos melhorias no acesso à água, através da instalação de tecnologias para captação de águas pluviais para uso em serviços domésticos não potáveis, garantir a potabilidade da água de poços, e implantação de sistemas descentralizados de tratamento de esgoto. A base da ação é nas práticas educativas humanizadoras, vinculando criticamente o saber acadêmico com o saber popular nas etapas de planejamento, execução e avaliação dos projetos.

4) Período de Execução

A partir da assinatura do convênio até 15/12/2023.

5) Valor Global do Projeto

R$ 697.683,00 (seiscentos e noventa e sete mil, seiscentos e oitenta e três reais).

6) Justificativa para a Celebração do Instrumento

Atualmente, o município de Duque de Caxias, situado na Baixada Fluminense, é o terceiro mais populoso da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ), com população estimada em 924.624 habitantes, de acordo com a projeção realizada em 2020 pelo IBGE. Possui uma área total de 467,32 km² e densidade demográfica de 1.978,57 hab./km². Divide-se administrativamente em quatro distritos: 1º Distrito (Duque de Caxias), 2º Distrito (Campos Elíseos), 3º Distrito (Imbariê), e 4º Distrito (Xerém).

Antes mesmo de sua emancipação de Nova Iguaçu, em 1943, já contava com áreas fundamentalmente urbanas, assim como outros municípios da Baixada Fluminense que, por sua proximidade com o centro da metrópole e acesso facilitado pelas ferrovias existentes, receberam grande contingente populacional a partir da década de 1930 (Simões, 2006). Tendo recebido, ao longo de décadas, grande número de migrantes que vinham trabalhar no município do Rio de Janeiro e dependiam de deslocamentos pendulares (casa-trabalho-casa), a ocupação urbana de Duque de Caxias privilegiou as áreas mais próximas ao centro da metrópole: 1º e 2º distritos (Duque de Caxias e Campos Elíseos). Estas são, até hoje, as áreas mais densamente ocupadas. O 1º Distrito é a área fisicamente mais próxima ao município do Rio de Janeiro e foi a primeira a ser ocupada. A construção da Rodovia Rio-Petrópolis, em 1928, incentivou a ocupação do 2º Distrito, em direção às áreas banhadas pelos rios Iguaçu e Pilar. A urbanização é desigual, com a presença de prédios de alto padrão no centro do 1º Distrito e a proliferação de loteamentos precários e favelas ao longo das rodovias e nas margens dos brejos, manguezais e pequenas colinas.

A existência de inúmeras indústrias do polo petroquímico que se desenvolveu a partir da instalação da Refinaria de Duque de Caxias (REDUC), na década de 1960, fez com que Duque de Caxias passasse a ter a segunda maior arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) do estado do RJ e o 18º PIB municipal do país (IBGE, 2010b). Contudo, os indicadores econômicos positivos contrastam com os índices de desenvolvimento humano, com as condições de moradia de grande parte da população e com o acesso aos serviços públicos essenciais. Em 2010, 76,72% dos responsáveis por domicílio em Duque de Caxias tinham rendimento de até 2 salários mínimos. No ranking do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH), Duque de Caxias tem posição bastante atrasada, atingindo o valor de 0,711, colocando-se em 1817 lugar entre os 5.565 municípios brasileiros e no 49º lugar na escala estadual, entre os 92 municípios fluminenses. (Prefeitura de Duque de Caxias, 2014).

Um dos graves problemas do município é o abastecimento de água: muitas áreas não são atendidas pelo serviço público ou são atendidas precariamente. A porção Oeste da RMRJ, na qual Duque de Caxias está localizado, é atendida por três fontes principais de água: as represas da Serra do Tinguá (Acari), a represa de Ribeirão das Lages e o rio Guandu. Atualmente, as águas dos três grandes sistemas desenvolvidos a partir destes mananciais misturam-se em diversos pontos, formando assim um único sistema integrado, ou o macrossistema Guandu-Lages-Acari.

O 1º Distrito e parte do 2º Distrito (porção situada entre os rios Sarapuí e Iguaçu), são abastecidos pelo Sistema Guandu. A outra parte do 2º Distrito, situada na margem esquerda do rio Sarapuí, assim como o 3º e o 4º Distritos são abastecidos pelos Sistemas Acari e Taquara (Britto et al., 2015; Quintslr, 2018). De acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010a), aproximadamente 62,57% dos domicílios são atendidos pela rede geral de abastecimento de água, enquanto 32,14% são abastecidos por poço ou nascente dentro da propriedade, 0,06% por água de chuva armazenada em cisterna e 5,15% através de outras formas de fornecimento menos usuais (Tabela 1).

Tabela 1. Formas de abastecimento de água em Duque de Caxias.

Tipos de abastecimento	Número de domicílios	%
Por rede geral	168.535	62,57

Por água de poço ou nascente dentro da propriedade	86.749	32,21
Por água de chuva armazenada em cisterna	163	0,06
Outras formas	13.898	5,16
Total	269.944	100

Fonte: IBGE (2010a)

Nota-se que o abastecimento por rede geral não é homogêneo em todo o território municipal: o 1º Distrito (Duque de Caxias) apresenta melhor serviço, com cerca de 90% dos domicílios ligados à rede pública; o 2º e o 4º distritos (Campos Elíseos e Xerém) possuem cerca de 55% dos domicílios ligados à rede; já no 3º Distrito (Imbariê) o acesso à rede é inferior a 20% (Tabela 2).

Tabela 2. Proporção dos domicílios ligados à rede de água segundo os distritos.

Distritos	Domicílios atendidos por rede geral de água (%)
Duque de Caxias (1º)	90,12
Campos Elíseos (2º)	55,80
Imbariê (3º)	16,41
Xerém (4º)	55,35
TOTAL	62,57

Fonte: IBGE (2010a)

Os dados do IBGE contrastam com as informações fornecidas pela prestadora dos serviços de água e esgoto ao Sistema Nacional de Informações de Saneamento (SNIS) . Segundo estes dados, em, cerca de 88% dos domicílios de Duque de Caxias eram atendidos pela CEDAE. Aos baixos índices de atendimento e às incongruências entre as informações fornecidas sobre o acesso aos serviços de saneamento, soma-se o fato de que estes dados não refletem o cotidiano dos moradores. Em Duque de Caxias, estar ligado à rede pública de distribuição não garante que os domicílios recebam água. O município sofre com problemas graves de qualidade da água e intermitência no abastecimento. Muitos bairros recebem água apenas duas ou três vezes por semana, uma vez que o fornecimento depende de manobras nas redes por parte da operadora. Nas áreas mais afastadas do centro a situação é ainda mais crítica, com períodos sem água se

estendendo por mais tempo. Nestas áreas e naquelas ainda não atendidas pela rede pública, é comum que os moradores busquem outras formas de abastecimento (Quintslr, 2018; Britto et al., 2019).

No que diz respeito ao esgotamento sanitário, dados do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (PDUI/RMRJ) de 2018 mostram que apenas partes do primeiro distrito possuem rede de coleta em sistema separador. Dados do SNIS de 2020 indicam que cerca de 37% dos domicílios são atendidos por rede. O índice de esgotos tratados sobre os coletados é de 24%.

Dados do SNIS indicam que 100% dos domicílios de Duque de Caxias são atendidos pela coleta domiciliar de resíduos sólidos. Mesmo com o indicador positivo e com a existência de coleta seletiva, o que se vê em áreas informais é o descarte inadequado de resíduos domésticos, contribuindo para o entupimento das redes de drenagem e a poluição dos rios.

Ao longo de mais de 20 anos de pesquisas na região da Baixada Fluminense em parceria com a FASE, que desde de 1961 atua no fortalecimento de grupos sociais para a garantia de direitos, da democracia e da justiça ambiental, observamos as melhorias no acesso à água e ao esgotamento no município de Duque de Caxias foram poucas e não acompanharam o crescimento da população. Também foi verificado que são muito poucas as unidades habitacionais que possuem sistemas para a captação de água de chuvas, em um município que possui uma frequência de chuvas característica de clima tropical úmido com uma pluviosidade significativa, existindo somente uma curta época seca. Os sistemas de captação de água de chuva possibilitam uma alternativa para os que não possuem acesso à água tratada do sistema público. Para os que possuem acesso, o sistema possibilita redução de até 50% na conta de água, promovendo uso racional de um recurso escasso e a sustentabilidade. A lei federal 13.501 incluiu na Política Nacional de Recursos Hídricos o incentivo à captação, preservação e aproveitamento de águas de chuvas. No Rio, a lei estadual 4.393, de 2004, já obriga empresas de construção civil a prover coletores de água de chuva em projetos residenciais com mais de 50 famílias ou comerciais com mais de 50m2.

Já no que diz respeito ao esgotamento sanitário , o biodigestor é uma alternativa que também promove a sustentabilidade sendo um sistema que realiza a decomposição anaeróbica (sem oxigênio) das águas servidas. O biodigestor residencial é compacto, eficiente e de baixo custo.

Recentemente a prestação dos serviços de distribuição de água e coleta e tratamento de esgoto sanitário em Duque de Caxias foram privatizados. A nova empresa responsável pelos serviços está implementando uma política de ampliação da micromedição para reduzir as perdas. Isso significa que grande parte dos moradores que não pagavam tarifas e que tinham acesso precário aos serviços terão que pagar as contas de água. Existe uma promessa de melhora nos serviços de abastecimento de água, mas os planos de investimento da empresa no município ainda não foram publicizados. Contudo, sabe-se que o modelo de tarifa social adotado no contrato de concessão deixa de fora um número significativo de famílias pobres de Caxias, cujo número vem aumentando. Dados da FGV social publicados pela Folha de São Paulo/revista Piauí mostram que em 2020 o número de pobres em Caxias passou de 23,5% para 30,5% (https://piaui.folha.uol.com.br/o-sobe-e-desce-da-pobreza/). A redução no uso de água do sistema formal proporcionada pelo sistema de captação de água de chuva pode beneficiar essas famílias pobres para as quais o custo da conta de água é elevado.

Por outro lado, sabe-se que mesmo dispondo da água pela rede geral, moradores podem preferir continuar usando seus poços. É possível melhorar a qualidade da água usando tecnologias simplificadas, como o clorador criado pela Embrapa. Os produtos para a confecção do clorador são facilmente encontrados no comércio, de baixo custo e a confecção é bastante simples.

7) Caracterização dos interesses recíprocos

O projeto se insere no projeto de pesquisa/extensão vem sendo desenvolvido desde 2018, cadastrado no SIGA UFRJ "Direito à água em Duque de Caxias: construindo possibilidades para o acesso universal ao saneamento básico, para recuperação da qualidade ambiental e para o resgate da cidadania" e apoiado pela direção da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, buscando envolver os moradores de Duque de Caxias, organizações sociais locais, professores e estudantes de escolas públicas, em um projeto coletivo de construção do conhecimento e de promoção da participação cidadã e de capacidades informativas e de enfrentamento de problemas relacionadas ao direito humano à água em Duque de Caxias. O projeto tem obtido menções honrosas na SIAC o que indica a qualidade dos resultados obtidos, possibilitado a formação discente e gerado produtos para a os movimentos sociais locais.

8) Relação entre a proposta e os objetivos e diretrizes do programa

Na UFRJ as ações de Extensão Universitária são indissociáveis do ensino e da pesquisa em um processo interdisciplinar educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre a universidade e os demais setores da sociedade. Estas ações são classificadas nas modalidades de Programas, Projetos, Cursos de Extensão, Eventos de Extensão e Prestação de Serviços. A proposta se insere no projeto de extensão "Direito à água em Duque de Caxias: construindo possibilidades para o acesso universal ao saneamento básico, para recuperação da qualidade ambiental e para o resgate da cidadania". O projeto é pautado pela interação dialógica, onde a extensão está baseada na ideia de aliança da universidade com movimentos, setores e organizações sociais.

No presente projeto, a ser realizado no segundo distrito de Duque de Caxias, Campos Elíseos, estão estabelecidas diferentes parcerias. A primeira com a FASE Rio, ONG que atua na promoção ao direito à cidade, na defesa de espaços urbanos democráticos e ambientalmente sustentáveis. Contribui para o fortalecimento de organizações sociais de base territorial, defendendo direitos e políticas públicas capazes de reduzir as desigualdades, o racismo, as violências e as diferentes formas de opressão social na área central do Rio, no Complexo de Favelas de Manguinhos e em cidades da Baixada Fluminense, territórios que fazem parte da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. A FASE Rio desenvolve atividades de assessoria, mobilização e incidência em políticas públicas, com o propósito de aproximar movimentos sociais ligados à agenda e às lutas das políticas setoriais urbanas — saneamento, habitação, mobilidade urbana e regularização fundiária — com as agendas dos Direitos Humanos, da justiça ambiental e de defesa dos bens comuns — agendas assumidas por ONGs, centros de pesquisas, mandatos parlamentares, movimentos e coletivos com distintos focos de atuação, entre outros, além de trazer a perspectiva de gênero, raça e classe para discussão. Também são parceiros o Movimento Nacional de Luta pela Moradia

(MNLM) e FORAS, O FORAS que nasceu da união de várias entidades da sociedade civil de Duque de Caxias e tem como objetivo lutar pela natureza e o meio ambiente no município.

As ações do propostas se associam assim as diretrizes da extensão universitária da UFRJ de promover a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão nas ações realizadas e contribuir para a formação dos estudantes de graduação e pós-graduação, dotando-os de uma visão humanista que articule os processos de desenvolvimento científico, tecnológico e cultural com o exercício de práticas cidadãs.

9) Público alvo

O público alvo é formado por moradores de áreas vulneráveis de Duque de Caxias, beneficiários diretos do projeto, membros de organizações sociais locais e alunos de graduação e pós graduação da UFRJ, associados em projeto coletivo de construção de tecnologias sociais, que, assim como os moradores locais, serão capacitados para o uso das tecnologias.

10) Problema a ser resolvido

Um dos graves problemas do município de Duque de Caxias é o abastecimento de água: muitas áreas não são atendidas pelo serviço público ou são atendidas precariamente.o abastecimento por rede geral não é homogêneo em todo o território municipal: o 1º Distrito (Duque de Caxias) apresenta melhor serviço, com cerca de 90% dos domicílios ligados à rede pública; o 2º e o 4º distritos (Campos Elíseos e Xerém) possuem cerca de 55% dos domicílios ligados à rede; já no 3º Distrito (Imbariê) o acesso à rede é inferior a 20%. Recentemente a prestação dos serviços de distribuição de água e coleta e tratamento de esgoto sanitário em Duque de Caxias foram privatizados. Existe uma promessa de melhora nos serviços de abastecimento de água, mas os planos de investimento da empresa no município ainda não foram publicizados. Não está claro se os assentamentos informais, como os que se localizam na região de São Bento, no segundo distrito, serão atendidos nem quando.
Uma outra questão é que o atendimento pela empresa privada demandará necessariamente o pagamento da tarifa, o que pode ser um peso para os mais pobres. Dados da FGV social publicados pela Folha de São Paulo/revista Piauí mostram que em 2020 o número de pobres em Caxias passou de 23,5% para 30,5% (https://piaui.folha.uol.com.br/o-sobe-e-desce-da-pobreza/). O modelo de tarifa social definido no contrato de concessão deixa de fora um número significativo de famílias pobres de Caxias.
Os sistemas de captação de água de chuva propostos no projeto possibilitam uma alternativa para os que não possuem acesso à água tratada do sistema público. Para os que possuem acesso, o sistema possibilita redução de até 50% na conta de água, promovendo uso racional de um recurso escasso e a sustentabilidade e ao mesmo tempo, tornando o pagamento das contas mais baratas pelos mais pobres. A lei federal 13.501 incluiu na Política Nacional de Recursos Hídricos o incentivo à captação, preservação e aproveitamento de águas de chuvas. No Rio, a lei estadual 4.393, de 2004, já obriga empresas de construção civil a prover coletores de água de chuva em projetos residenciais com mais de 50 famílias ou comerciais com mais de 50m2.
Para os moradores que desejam continuar usando poços, o projeto busca avaliar a qualidade da água e instalar cloradores.

O projeto visa ainda a instalação de biodigestores em unidades de uso comunitário. O biodigestor é uma alternativa que também promove a sustentabilidade sendo um sistema que realiza a decomposição

anaeróbica (sem oxigênio) dos esgotos domésticos, O biodigestor é considerado uma solução bem inteligente, sustentável e prática de tratamento do esgoto doméstico; ele impede a poluição do meio ambiente, ajuda a cuidar da higiene e é bem econômica. No segundo distrito de Duque de Caxias praticamente não existe rede de esgotos; as águas servidas das casas vão para a rede de drenagem e canais fluviais. O contrato de concessão dos serviços estabelecido com a empresa Águas do Rio não prevê a instalação de rede de esgoto na área; os investimentos na Baixada foram postergados, sendo adotado para os próximos anos o uso da rede drenagem para o escoamento das águas servidas.

11) Resultados esperados

Capacitação de 250 moradores do bairro de São Bento, no Distrito de Campos Elíseos, em Duque de Caxias, para a instalação de tecnologias alternativas de captação de água, biodigestores e cloradores simplificados. No bairro vivem hoje aproximadamente 25.000 habitantes. Aproximadamente 30% dos domicílios não possuíam abastecimento de água por rede geral, dos quais 17% usam poços. A capacitação terá como foco as famílias mais vulneráveis dos assentamentos informais de São Bento. Nesses assentamentos serão instalados 25 sistemas de captação de água de chuva em moradias selecionadas e 15 biodigestores individuais.

Formação prática de alunos de graduação em arquitetura e urbanismo (bolsistas e extensionistas) em tecnologias sociais para o saneamento.

Desenvolvimento de material didático sobre tecnologias sociais para saneamento e sua aplicação em assentamento informais

Produção de vídeo sobre implantação de tecnologias sociais de saneamento em assentamentos informais

Instalação de 5 biodigestores em espaços de uso coletivo.

Avaliação da qualidade da água e instalação de cloradores em 10 poços

12) Quadro de Referência Geral

ITEM DE DESPESA - DESCRIÇÃO BENS/SERVIÇOS	Valor (R$)
Bolsa de pesquisa	74.400,00
Bolsa de ensino- Iniciação Científica	19.200,00

Material de consumo para o serviço de adequação/implantação de tecnologias alternativas	107.783,00
Contratação de empresa para elaboração do projeto	66.000,00
Despesas Operacionais e Administrativas (DOA)	69.700,00
Contratação de Organização Social Capacitada para Trabalho Técnico-Social	261.600,00
Contratação de empresa para adequação/implantação de tecnologias alternativas	99.000,00
Valor Total	**R$ 697.683,00**

13) Equipe Executora

Participantes na execução do Projeto.

A equipe executora do projeto será composta por: 7 (sete) integrantes da UFRJ, entre professores (três), técnicos e alunos de graduação envolvidos com o projeto.

PARTICIPANTE	SIAPE	CPF	REMUNERAÇÃO MENSAL	REMUNERAÇÃO TOTAL
Ana Lucia Nogueira de Paiva Britto	122		R$ 6.200,00	R$ 74.400,00
Jorge Nassar Fleury da Fonseca	110		0,00	0,00
Thêmis Amorim Aragão	126		0,00	0,00

Previsão de bolsistas no projeto conforme a Resolução CONSUNI nº 55, de 26 de maio de 2022, de acordo com o Art. 6o, ficam estabelecidos os seguintes valores para as bolsas:

Tipo de Bolsa	Valor da Bolsa
Bolsa de Ensino – Iniciação Científica	Entre R$ 400,00 até R$ 1.500,00
Bolsa de Ensino - Mestrado	Entre R$ 1.500,00 até R$ 4.400,00
Bolsa de Ensino - Doutorado	Entre R$ 2.200,00 até R$ 6.600,00
Bolsa de Pesquisa – Nível A	Entre R$ 6.200,00 até R$ 9.900,00
Bolsa de Pesquisa – Nível B	Entre R$ 5.200,00 até R$ 8.200,00
Bolsa de Pesquisa – Nível C	Entre R$ 4.200,00 até R$ 6.600,00

Caso tenha previsão:

- **Bolsista** - a relação só poderá ser preenchida e entregue após a conclusão da seleção feita por análise curricular em conformidade com artigo 6º, §1º, inciso III e artigo 7º do Decreto 7.423/2010.
- **Pessoa Física e Pessoa Jurídica** - A previsão de pagamentos a serem realizados a pessoas físicas e jurídicas, conforme referenciado no artigo 6º, §1º, inciso IV, do Decreto 7.423/2010 não se apresenta possível, vez que a fundação de apoio precisa contratar mediante prévio processo licitatório que garanta isonomia e impessoalidade, sendo que quando de sua contratação pela IFES ainda não é possível, por óbvio, saber quem irá vencer essa ou aquela seleção. Por conta disso, fica inviabilizada a indicação, desde logo, do CPF ou do CNPJ dos profissionais/empresas que serão contratadas.

14) Cronograma Físico/Financeiro (Metas e Etapas a Serem Atingidas)

META 1	Mobilização social e divulgação de tecnologias alternativas de saneamento no território	Etapas	Duração	
Etapa	Especificação	R$	Início	Término

1.1	Mobilização de organizações e movimentos sociais do território; curso de formação Injustiças Socioambientais, Saneamento, Bens Comuns e Tecnologias Sociais; Oficina com famílias selecionadas sobre a construção das tecnologias sociais; produção e impressão de publicação didática sobre as tecnologias Sociais; produção de vídeo didático sobre tecnologias Sociais	345.600,00	A partir da assinatura	15/12/2023
1.2	Despesas operacionais e administrativas - DOA	69.700,00	A partir da assinatura	15/12/2023
	Total da Meta	**R$ 415.300,00**		

META 2	**Desenvolvimento de tecnologias alternativas como prática educacional**	**Etapas**	**Duração**	
Etapa	Especificação	R$	Início	Término
2.1	**Implantação de tecnologias sociais: sistemas de captação de água de chuvas e biodigestores**	282.383,00	01/02/2023	15/12/2023
	Total da Meta	**R$282.383,00**		

Valor Total das Metas	**R$ 697.683,00**

15) Cronograma de Desembolso

PARCELA	VALOR (R$)	LIBERAÇÃO	MÊS LIBERAÇÃO	ASSOCIADA A META
01	697.683,00	CONCEDENTE	setembro/2022	TODAS

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

UFRJ

16) Plano de Aplicação Detalhado

ITEM	RUBRICA	NATUREZA DE DESPESA	VALOR TOTAL (R$)
1	3390.18.01	Auxílio Financeiro a Estudante Bolsa de Ensino no País	19.200,00
2	3390.20.01	Auxílio Financeiro a Pesquisador Auxílio a Pesquisador	74.400,00
3	3390.30.24	Material de Consumo Para manutenção de bens imóveis	107.783,00
4	3390.39.05	Serviços Técnicos - Pessoa Jurídica Serviços técnicos profissionais (Contratação de Organização Social Capacitada para Trabalho Técnico-Social e empresa para elaboração do projeto)	327.600,00
5	3390.39.16	Serviços Técnicos - Pessoa Jurídica Para manutenção de bens imóveis	99.000,00
6	3390.39.79	Serviços Técnicos - Pessoa Jurídica Serviço de Apoio Administrativo, Técnico e Operacional (DOA)	69.700,00
	VALOR GLOBAL		R$ 697.683,00

17) Descentralização para a Fundação (de acordo com TED e/ou Emenda)

CLASSIFICAÇÃO POR NATUREZA	DESPESA	VALOR TOTAL (R$)
3350.39	Custeio	697.683,00

UFRJ

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Dados Gerais

Recursos Oriundos	Emenda Parlamentar
Número da Emenda	41600019
Processo UFRJ	23079.250542/2022-37
Instituição de Vínculo UFRJ	Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Coordenação do Projeto	Ana Lucia Nogueira de Paiva Britto
E-mail	

Rio de Janeiro, 16 de novembro de 2022.

Ana Lucia N. P. Britto Professora/Coordenadora de pesquisa PEQ.	Alexandre Pessoa Vice-Diretor Faculdade de Arquitetura e Urbanismo SIAPE 261
XXXXXX Coordenador(a) do projeto	